

RURALIDADES NAS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO IMEDIATA DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG

105

RURALITIES IN SMALL TOWNS IN THE IMMEDIATE REGION OF SÃO JOÃO DEL-REI/MG

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>

Rafael César Costa Silva

rafaelcesar@aluno.ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João del-Rei
São João del Rei – Minas Gerais – Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-4351-252X>

Márcio Roberto Toledo

mtoledo@ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João del-Rei
São João del Rei – Minas Gerais – Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2528-6386>

Submetido em 18 de janeiro de 2023
Aceito em 22 de dezembro de 2023

Resumo:

A necessidade de avançar nas discussões sobre as cidades pequenas brasileiras na Geografia é notória. Hoje em dia, mesmo com o aumento de trabalhos acadêmicos observados em congressos da área, ainda há uma lacuna na análise desse tipo de cidades, sobretudo, quanti e qualitativamente. Pretende-se com este ensaio contribuir com o debate teórico e metodológico sobre as cidades pequenas a partir da realidade urbana brasileira, elucidando a importância de estudá-las. O foco da presente pesquisa é visualizar tais tipos de cidades com as ruralidades presentes, fator que permeia intrinsecamente as características locais. Após a apresentação da

SILVA, R. TOLEDO, M. Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG. Revista Urbano, Recife, v. 08, n. 02, p.105-126, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

teoria que abarca o tema, foi feita uma investigação sobre as cidades pequenas inseridas na rede urbana do município de São João del-Rei/MG, mostrando suas características, visando reforçar a importância das mesmas dentro do contexto regional nos âmbitos econômicos, populacionais, turísticos e de memórias.

Palavras-chave: cidades pequenas; rede urbana; geografia urbana; funções

Abstract:

The need to advance discussions about small Brazilian cities in Geography is notorious. Nowadays, even with the increase in academic work observed at conferences in the area, there is still a gap in the analysis of this type of cities, especially quantitatively and qualitatively. This essay intended to contribute to the theoretical and methodological debate about small cities from the Brazilian urban reality, elucidating the importance of studying them. The focus of this research is to visualize these types of cities with the present ruralities, a factor that intrinsically permeates local characteristics. After presenting the theory that covers the topic, an investigation was carried out on the small cities inserted in the urban network of the municipality of São João del-Rei/MG, showing their characteristics, aiming to reinforce their importance within the regional context in the economic spheres. , population, tourism and memories.

Keywords: small towns; urban net; urban geography; functions

Introdução

Durante muito tempo as pesquisas em Geografia Urbana privilegiaram a escala metropolitana como objeto de análise, a partir de escolhas que enfatizavam aspectos demográficos, econômicos e locacionais. Tal acontecimento se justifica, segundo Corrêa (1989), no fato que nessas cidades aconteceu um salto qualitativo traduzido em uma maior complexidade de funções, estrutura social, dinâmica espacial e organização interna. Logo, uma maior visibilidade de seus problemas é maior em comparação com outros centros.

A partir da década de 1990, no entanto, este panorama vem sendo modificado graças aos esforços de estudiosos dos diversos campos das Ciências Humanas, Sociais e da Arquitetura e Urbanismo, que passaram a focar, em suas pesquisas, as cidades médias e pequenas.

Vale dizer que tal abertura não se deu por acaso. Ao contrário, busca responder às transformações ocorridas no Brasil contemporâneo (e, de igual modo, em outros países), geradoras de novas dinâmicas e configurações nos papéis desempenhados pelas cidades

pequenas, seja no âmbito do intraurbano ou na escala urbano-regional.

Assim, podemos observar que o aumento de pesquisas sobre essas cidades foi causado por transformações na organização do nosso espaço geográfico, que trouxe mudanças para as redes urbanas, permitindo, portanto, novos papéis e relações perante tais cidades, possibilitando visibilidades que contribuam na inserção das cidades pequenas nas escalas nacionais (FRESCA, 2010).

Como consequência da modernização do/no campo, ampliação e difusão da produção e do consumo, crescimento populacional e surgimento de novos fluxos de migração, tivemos alterações nas dinâmicas sociais. Dentre esses fatores que incidiram na intensificação da urbanização da sociedade em espaços até então pouco densos em técnicas e pessoas, as cidades pequenas e médias passaram a ser cada vez mais importantes em seus contextos regionais e, em alguns casos, até mesmo em escalas e circuitos nacionais e internacionais.

Por outro lado, diante de tão profundas transformações, questões tipicamente ligadas às grandes cidades e regiões metropolitanas, começaram a aparecer nas cidades pequenas. Exemplo disso, são as questões socioambientais, ampliação das diferenças e desigualdades do/no espaço, incremento das funções urbanas, complexificação das relações entre cidades, apropriação e ressignificação de culturas e deslocamentos intra e interurbanos. Assim, suscitando maior atenção dos pesquisadores.

Sendo assim, reconhecemos que a performance espacial das cidades pequenas se vislumbra na interface entre o rural e o urbano, já que as singularidades se manifestam exatamente na conexão de aspectos característicos desses dois processos. Esse artigo defende a ruralidade como fator chave, peculiar e singular para a caracterização de uma cidade pequena, exposta pela forte atuação que componentes rurais envolvem na configuração do espaço urbano dessas localidades.

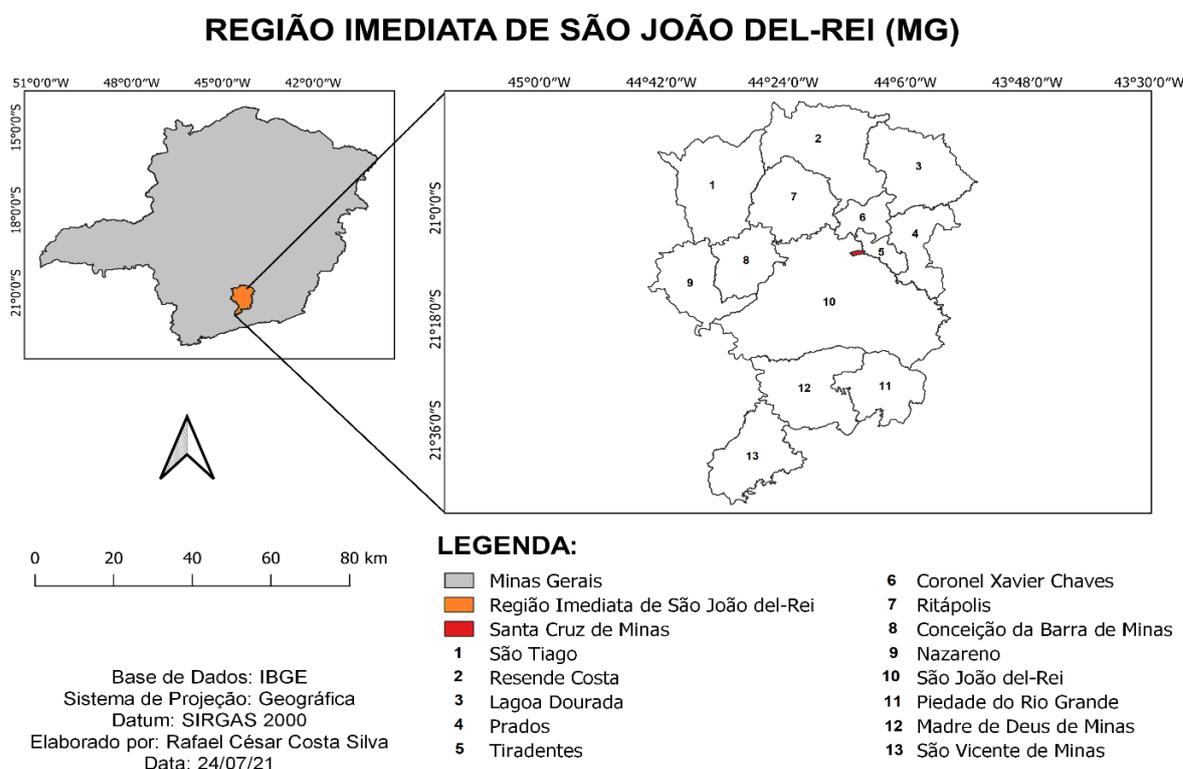
Considerando tal defesa, o elo entre a cidade pequena e suas adjacências rurais estão associados ao processo campo-cidade¹, já que um depende do outro para sua sobrevivência,

¹ O processo campo-cidade refere-se às interações dinâmicas e complexas entre áreas rurais (campo) e urbanas (cidade). Esse fenômeno está relacionado às transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais que ocorrem quando há um fluxo constante de pessoas, mercadorias, informações e influências entre as zonas urbanas e rurais.

exemplificados pelos setores primários, secundários e terciários. Logo, é uma “via de mão dupla”, com forte relação de dependência para ambos os espaços.

Para isso, nossas análises compreendem as seguintes cidades em torno de São João del-Rei, polo da região estudada que abriga nossa universidade: Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes, conforme Figura 1.

Figura 1. Região Imediata de São João del-Rei/MG



Autor: Silva, 2021.

Espaço urbano e ruralidades

Para compreendermos uma cidade, é necessário analisarmos o conceito de espaço urbano, primeiramente. Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano se configura como o local das atividades de comércio, saúde, gestão, indústrias e residências. Este espaço é fragmentado e

SILVA, R. TOLEDO, M. Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG. Revista Urbano, Recife, v. 08, n. 02, p.105-126, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

articulado, um complexo de símbolos, lutas e reivindicações. Logo, o espaço urbano é desenvolvido segundo as necessidades da população ali inserida, sendo produto social das interações nas esferas políticas, culturais e econômicas.

De acordo com Corrêa (1989), existem alguns agentes sociais que fazem e refazem a cidade. São eles: a) Os proprietários do meio de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado e e) Os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Sendo assim, podemos dizer que o espaço urbano é economicamente produzido, mas socialmente vivenciado, ou seja, apropriado e transformado com base em ações racionais e também afetivas.

Estudar as cidades pequenas pode subsidiar inúmeras pesquisas, já que elas são maioria no país, necessitando de suporte de políticas públicas para seu desenvolvimento (BOVO; SANTANA; OLIVEIRA, 2016). Essas cidades estão se modificando diariamente em virtude da dinâmica de sua população e economia e acompanhando as demandas de seus cidadãos.

Santos (2008) pontua as modificações presentes nas cidades pequenas, enquanto um local dinâmico e passível de transformações em todos os quesitos. Segundo o autor,

Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2008, p.56).

Assim, nota-se, também, a intensificação de relações das cidades pequenas com o campo, tendo em vista que os trabalhadores rurais são, agora, residentes urbanos: “o agrônomo, o veterinário, o administrador tal qual o trabalhador volante e o boia-fria residem na cidade” (JUNIOR, 2011, p.6). Tal fato se justifica pela necessidade de atender as demandas do mundo rural com maior técnica e funções.

As cidades pequenas possuem intensa relação com o rural, produzindo as denominadas “ruralidades”. Sobre essa conexão:

A ruralidade é resultado das ações econômicas, políticas e culturais dos sujeitos de forma específica, distinta da experiência urbana. As pequenas e médias cidades se inserem neste estudo; graças à sua dinâmica, as mesmas são

compostas por formas urbanas, porém com atuação e vivências próprias do ambiente rural. Cabe neste momento deixar claro que podemos encontrar cidades médias e pequenas com características primordialmente urbanas, justificável, entre outros aspectos, por sua localização regional e dinâmica de estruturação urbana (CASTRO, 2016, p. 239).

A influência desse processo nas cidades menores auxilia para a reprodução do espaço urbano desses locais, com vestígios presentes no meio da sociedade. É muito comum você encontrar criações de animais, plantações, feiras, paisagens e símbolos remetendo ao rural. Isso acontece porque os hábitos foram trazidos para a cidade pelos moradores que saíram do campo, independente do motivo. Desta forma, houve a criação da identidade cultural relacionado ao modo de vida rural, mesmo morando nos centros urbanos.

Por outro lado, é na praça central da cidade pequena onde tudo acontece. Aqui estão localizadas as moradias da elite local, os principais comércios, igreja principal e outros serviços primordiais à população. Ainda na praça, é bem comum a concentração de pessoas em eventos, encontros de socialização e de festas religiosas, reunindo diversas classes sociais da cidade. Portanto, essa apropriação do espaço é reforçada pelas relações de seus habitantes (SILVA, 2000).

Todavia, os bairros das cidades pequenas possuem uma identificação própria aos habitantes. Essa caracterização, muitas vezes, não é perceptível aos turistas, mas somente pelas pessoas que conhecem o lugar. É habitual denominar bairros de acordo com símbolos intrínsecos da área. Por exemplo: lugares com fortes tradições rurais são denominados como “bairro do povo da roça”, cujo os moradores são conhecidos como “caipiras”. Ainda há aqueles bairros mais violentos, conhecidos como “bairro do povo de briga” e também o “bairro do povo sério”, “bairro de gente pão-dura” e “bairro dos pobres”, evidenciado por Silva (2000).

Neste sentido, considera-se que a produção desse espaço urbano é o resultado das próprias ações da sociedade capitalista, que Lefebvre (2008) salienta que tal fenômeno é um produto histórico, sendo fundamental entender enquanto particularidades sociais e políticas.

Contemplando a metodologia de Junior (2011), foi possível visualizar o espaço urbano das cidades pesquisadas perante três variáveis: o vínculo do rural com o urbano; o êxodo rural e as políticas públicas presentes.

O vínculo entre o espaço rural e urbano é marcado por uma interdependência econômica

que influencia diretamente a dinâmica urbana. As cidades, por sua vez, dependem dos produtos agrícolas e recursos naturais provenientes das áreas rurais. O fluxo de pessoas do campo para a cidade, conhecido como êxodo rural, desempenha um papel crucial no impulsionamento do crescimento urbano e na criação de demanda por diversos serviços urbanos, como moradia, emprego, saúde e educação.

Além disso, o êxodo rural não apenas impacta a estrutura urbana, mas também traz consigo transformações sociais e culturais. À medida que as pessoas migram do meio rural para o ambiente urbano, trazem consigo tradições, costumes e práticas, enriquecendo a diversidade cultural nas cidades.

No contexto das políticas públicas, é essencial promover o planejamento integrado entre áreas urbanas e rurais. Isso inclui o desenvolvimento de infraestrutura adequada, zoneamento eficiente e gestão sustentável dos recursos. Políticas que incentivam o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais desempenham um papel crucial na redução da pressão migratória para as cidades.

Campo-cidade, rural-urbano

Corroborando com o fato mostrado em capítulos anteriores que o espaço urbano é a vertente mais pesquisada nas cidades pequenas, pontuamos aqui o que pode ser considerada como uma das justificativas para o fenômeno analisado:

O argumento de que a compreensão da dinâmica do espaço nas cidades pequenas perpassa, também, a perspectiva de considerar a existência de ruralidades no urbano. Entendemos que a leitura da pequena cidade no âmbito da ciência geográfica não pode dispensar o acionamento de categorias que confirmam geograficidade à interpretação e que se apresentam como possibilidade para compreensão deste fenômeno de tamanha expressividade na realidade brasileira (PAYAYÁ, *et al*, 2021, p. 384).

Aqui no Brasil, segundo o IBGE (2017), o critério utilizado para definir áreas como rurais ou urbanas perpassa, exclusivamente, pela divisão administrativa, através do Decreto de Lei nº 311, de 1938, como reforçado no início deste artigo. Em outros países, há outras variáveis, como tamanho da população, densidade demográfica, oferta de serviços, participação da agricultura e/ou aglomeração de habitações.

É fundamental salientar que toda cidade pequena dispõe de sua sede administrativa, já que é um ente federado. Desta maneira, não existe cidade pequena exclusivamente rural, mas podendo ser predominantemente, já que ela possui oferta de produtos e serviços, mesmo que seja pequena e precária.

Todavia, em grandes casos, os desenvolvimentos econômicos e sociais alteram em grande escala a configuração do espaço urbano das cidades, sem acompanhar a legislação local. Assim, novas estruturas e dinâmicas são construídas e remodeladas, tendo a população um papel chave neste processo.

É possível destacar, também, nessa discussão, que os limites entre uma zona rural e uma urbana seguem uma tendência de definição, que são através de objetivos fiscais, enquadrando apenas os domicílios e não considerando o seu entorno, no que tange dados territoriais e sociais. Não obstante, esse fato atende diretamente às prefeituras, porém dificultam uma série de políticas públicas que visam atender outras variáveis no regime rural-urbano.

Tipicamente, duas análises norteiam a discussão sobre a ligação campo-cidade: “a primeira é a perspectiva dicotômica, e a segunda é a perspectiva denominada de continuum” (PAYAYÁ, 2021, p.387). A primeira concepção debate o campo em contradição à cidade, destacando as diferenças e oposições que tais espaços apresentam. Segundo Coelho Neto (2013):

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva, concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolve atividades industriais, do comércio e dos serviços (COELHO NETO, 2013, p. 155).

A ideia do *continuum*, de acordo com Marques (2002), se baseia a partir do Século XX, no período dos processos de urbanização e industrialização. Tal noção vai ao encontro que no avanço dos dois fenômenos citados anteriormente acontece uma maior interação entre o campo e a cidade. Assim, nota-se maior predomínio do segundo perante o primeiro, de modo que a área rural ganha características do urbano.

A análise dos fluxos de bens, pessoas, dinheiro, informações etc. entre os espaços rurais e os espaços urbanos é outra dimensão promissora e em voga. As relações urbano-rurais

permitem observar as continuidades e as discontinuidades entre o rural e o urbano e repensar o conceito do *continuum*, buscando compreender o rural e o urbano como partes de uma mesma estrutura. São capazes também de ressaltar vantagens comparativas e diferenças desses espaços, mas que só podem ser avaliadas quando consideradas a articulação e a contiguidade dessas duas categorias em permanente transformação.

Ainda sobre o termo, Wanderley (2002) avança nas discussões. A concepção do continuum se desmembra em dois aspectos: o “urbano-centrada” e o “*continuum* rural-urbano”. Payayá (2021) detalha:

O “urbano-centrada”, que está fundada em uma homogeneização espacial e social que indicaria o fim do rural; e a chamada de “continuum rural-urbano”, que aponta uma integração, continuidade e uma aproximação nas relações entre os dois espaços, sem ignorar as particularidades de cada um e nem advogar o fim do rural (PAYAYÁ, 2021, p.388).

Fim do rural? Urbanidades no rural? Foram indagações constantes encontradas em pesquisas sobre o tema, todavia, em nossa área de estudo foi constatada a presença da ruralidade no urbano, confirmando sua existência forte em cidades pequenas na Região Intermediária de São João del-Rei. Foi possível detectar as marcas singulares na paisagem de tais cidades, como animais nas ruas, plantações, festividades religiosas, feiras agrícolas, que movimentam a economia da cidade e conseqüentemente interação entre seus habitantes.

A Figura 2 exemplifica esses traços já discutidos: a plantação de milho em Nazareno; o uso turístico da charrete com um cavalo em Tiradentes; o forno usado para a fabricação de biscoitos em São Tiago; e cavalos e porcos até mesmo em São João del-Rei.

Figura 2. Aspectos rurais flagrados nas cidades pesquisadas



Autor: Silva, 2021.

As fotos acima nos ajudam a entender a ruralidade nas cidades pequenas pesquisadas. Assim sendo, é possível salientar a relação forte entre o rural e a cidade, justificando todo o conteúdo empírico já discutido: a presença de um fenômeno embutido no outro.

O estudo do cotidiano de uma cidade pequena e também das pessoas que ali vivem e se relacionam revelam algo mais sobre suas dinâmicas. Esses aspectos dizem sobre seu tempo e sistema, ou seja, se estão acompanhando a evolução do atual mundo capitalista globalizado, exemplificando a relação entre o local e o global.

O senso comum evidencia que essas cidades se caracterizam por serem pacatas, agradáveis e tranquilas, um lugar sem violência. Durante o trabalho de campo realizado, foi possível observar fatos que justificam tal ideia: portas e janelas das casas abertas, crianças brincando na rua, pessoas sentadas no banco da praça dialogando. Para Melo (2008), o tempo nessas cidades é “lento”, sem confusão, sereno, sem pressa para ir ao trabalho, escola, igrejas, já que tudo é relativamente perto.

O IBGE (2017) destaca a caracterização desses espaços em nosso país. Por meio de análises de todos os municípios, foi possível classificar os centros urbanos com base nas definições de rurais e urbanos. Seguindo a metodologia proposta pelo órgão federal, um

município para ser considerado urbano, rural ou intermediário deve apresentar as seguintes características, conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Tipologia Urbano-Rural

Faixas de população total em áreas de ocupação densa	Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa			
	Maior que 75%	50 a 75%	25 e 50%	Menor que 25%
Unidades Populacionais com mais de 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano			
Unidades populacionais que possuem entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais com menos de 3.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente rural			

Fonte: IBGE, 2017. Organizado pelo autor, 2022.

A tabela revela que quanto menor a população, maior é a conexão com o rural. Ao visualizar os municípios com população maior que 50 mil habitantes, são denominados predominantemente urbanos, pois não existem cidades sem relação com o rural. Por mais que o processo de urbanização seja intenso em comparação à vida rural, haverá sempre a dependência agrícola, por meios de ofertas de alimentos e animais. Portanto, campo e cidade se relacionam, mas com formas diferenciadas.

Há, também, alguns municípios que não se encaixam nesses dois extremos. Assim, são denominados como intermediários e apresentam as seguintes variáveis:

- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%;
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%;
- Municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

Além disso, os municípios que estão a uma distância relativa acima da média nacional, simultaneamente, em relação a maiores hierarquias próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional) são classificados como remotos. Já os municípios cuja distância for igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um dos centros anteriormente citados são classificados como adjacentes.

Assim, conforme o estudo do IBGE, traçamos as definições dos municípios estudados neste trabalho, ao qual trazemos na Tabela 2 os resultados, identificando os seguintes tipos: município rural adjacente, município intermediário adjacente e município urbano.

Tabela 2. Caracterização urbana ou rural dos municípios

MUNICÍPIO	CARACTERIZAÇÃO
Conceição da Barra de Minas	Município Rural Adjacente
Lagoa Dourada	Município Urbano
Madre de Deus de Minas	Município Rural Adjacente
Nazareno	Município Rural Adjacente
Piedade do Rio Grande	Município Intermediário Adjacente
Prados	Município Rural Adjacente
Resende Costa	Município Rural Adjacente
Ritápolis	Município Intermediário Adjacente
Santa Cruz de Minas	Município Rural Adjacente
São Tiago	Município Urbano
São Vicente de Minas	Município Rural Adjacente

Tiradentes	Município Intermediário Adjacente
------------	-----------------------------------

Fonte: IBGE, 2017. Org.: Silva, 2022.

Isto posto, uma cidade pequena apresenta em sua morfologia a configuração urbana contrastada, ou seja, aspectos que negam o urbano presente no próprio meio urbano. Em nossa área de estudo foi possível observar várias situações e atividades que por ora nos remetem ao rural, porém, visíveis no meio urbano, indicando que uma cidade reverbera e presencia uma exuberância de contradições e vivências.

O fato acima é ainda mais nítido nos espaços periurbanos dessas cidades, tendo em vista a dificuldade na delimitação campo-cidade, já que apresentam com maior facilidade a presença de animais, plantações agrícolas e lotes ainda sem construções, nos remetendo ao aspecto rural.

Do ponto de vista econômico, verifica-se que o setor primário, conjuntamente com o terciário, predomina o conjunto das atividades aí desenvolvidas. A estrutura dos municípios é essencialmente agrícola, atividade que absorve grande percentual da mão-de-obra e que impulsiona a vida comercial das cidades.

Assim, considera-se que nas cidades pequenas, o espaço urbano deve ser entendido a partir do campo e vice-versa, ao ponto que modificações em geral na dinâmica agropecuária acarretam em transformações no conteúdo e configuração da cidade.

Portanto, a articulação entre o urbano, o rural e o agrícola é um desafio a ser enfrentado teórico metodologicamente, adquirindo ainda mais complexidade ao relacionar as escalas intra e interurbana a fim de melhor compreender suas transformações e configurações espaciais, pois não estamos tratando de uma cidade, mas de cidades diversas com suas respectivas especificidades, que muitas vezes denunciam a sua negação enquanto cidade.

Migrações e êxodo rural

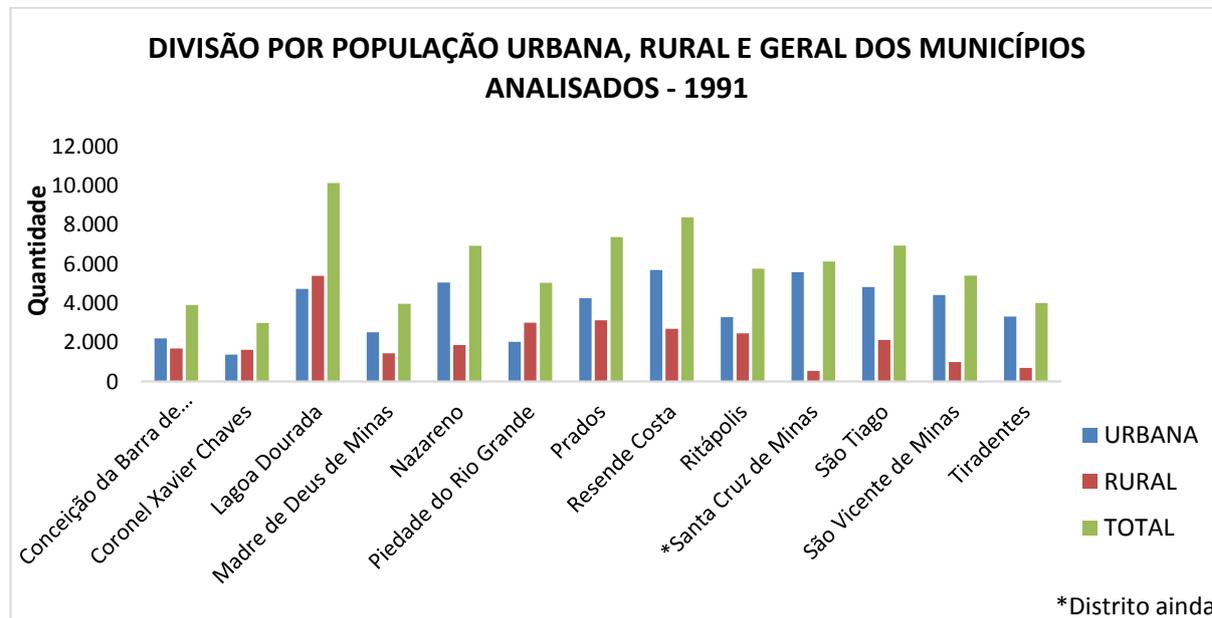
Como mencionado no tópico anterior, o espaço urbano das cidades pequenas está fortemente ligado ao âmbito rural, estando vinculados em várias escalas espaciais. Todavia, por motivos do processo de urbanização brasileiro, há mudanças no campo, seja pela “entrada” do urbano no meio rural ou pelo aumento desordenado de aglomerados nos centros urbanos.

Além do processo de urbanização que interveio na realidade urbana no final do século XX, a industrialização também foi um componente forte para a saída de pessoas do campo para as cidades, já que as dinâmicas rurais foram alteradas perante à mecanização, poder, renda e concentração de terra.

A consequência do fenômeno acima é exatamente a expulsão do pequeno produtor de suas terras, partindo, na maioria das vezes, para as cidades pequenas adjacentes ou para as capitais. Assim, as pequenas podem crescer, porém, não se desenvolvendo tanto e apresentando pequenos contextos de urbanidade.

Na região estudada foi constatado que a dinâmica não segue uma tendência única. Cidades como Lagoa Dourada, Nazareno, Resende Costa, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes possuíram, no recorte temporal dos últimos três censos demográficos, acréscimo e decréscimo de sua população rural. As demais cidades apresentam apenas diminuição. As Figuras 3, 4 e 5 mostram os números.

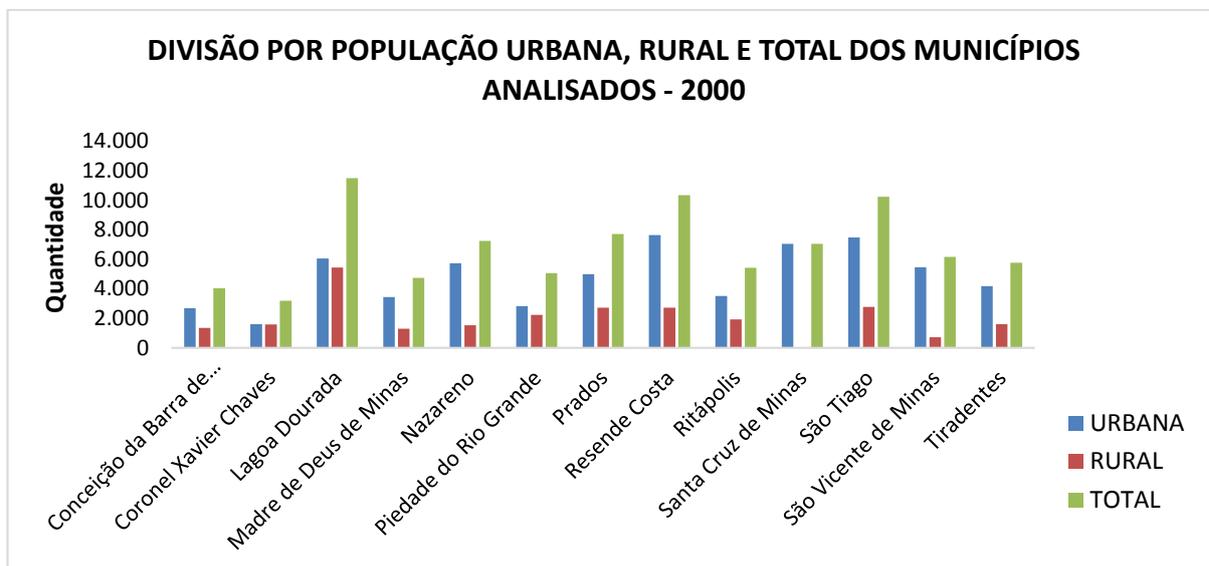
Figura 3. População urbana, rural e total em 1991



Autor: Silva, 2021.

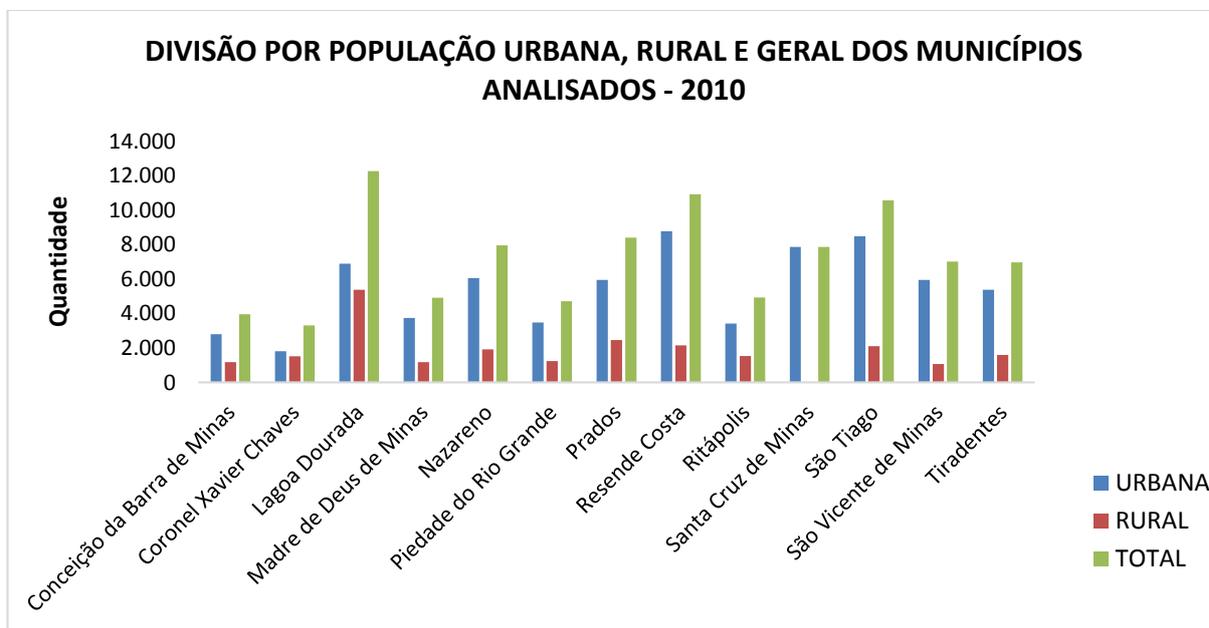
SILVA, R. TOLEDO, M. Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG. Revista Urbano, Recife, v. 08, n. 02, p.105-126, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>>

Figura 4. População urbana, rural e total em 2000



Autor: Silva, 2021.

Figura 5. População urbana, rural e total em 2000



Autor: Silva, 2021.

SILVA, R. TOLEDO, M. Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG. Revista Urbano, Recife, v. 08, n. 02, p.105-126, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Um dos fatores que intensificam esse processo é o êxodo rural, em que há um intenso fluxo migratório de pessoas em busca de melhores condições de vida, especialmente daquelas que saem do campo com destino à cidade devido a vários processos, dentre eles, a mecanização do campo, que expulsa a população do campo para a cidade. A cidade influencia a criação de uma nova expectativa nesses indivíduos que são atraídos pelo processo de industrialização, sendo disseminada a ideia de que com a chegada das indústrias haverá a consolidação de novos postos de trabalho.

Tais transformações atingem as cidades e conseqüentemente as redes urbanas, pois há um novo processo de intensificação dos fluxos de pessoas, capital e mercadorias, com isso, as regiões metropolitanas e cidades médias são as mais beneficiadas nesse período. Porém, isso não significa que as cidades pequenas não são importantes na formação das redes urbanas.

Como a maioria da população do campo se configura como desterritorializada ao chegar no meio urbano, outro fenômeno se materializa: a reterritorialização (CORRÊA, 1997). Sendo de forma precária ou não, essas populações se concentram mais nas periferias das cidades pequenas, podendo apresentar dificuldades em sua adaptação ao novo meio de moradia. Então, o laço com o meio rural ainda permanece, se dedicando a ele com atividades agrícolas e animais, porém no meio urbano, se entregando às ações e práticas que carregam desde a infância.

Isso ocorre porque os costumes do campo foram trazidos pelas pessoas que migraram para as cidades, muitas delas forçadas e que até hoje não se identificam com o modo de vida urbano, pois criaram uma identidade cultural do modo de vida rural que agora se entrelaça com as características do modo de vida urbano. A influência das ruralidades nas cidades pequenas contribui para a reprodução socioespacial destes locais, trazendo heranças desse processo.

Comunidades, ocupações em áreas de risco e cortiços são evidências de um fluxo migratório direcionado às cidades. Entretanto, relacionar este fato apenas com a chegada de imigrantes urbanos não demonstra a realidade atual, porém acentua a cidade vista como uma mercadoria, ou seja, a mercantilização do espaço.

Ao mesmo tempo que a produção do espaço urbano está atrelada ao seu uso, como hábitos e práticas de vida trazidas do rural, as moradias fazem parte dessa categoria de análise também, já que novos lares são criados para suportar a demanda da sociedade urbana.

Assim, essas populações fazem parte de uma rede funcional, que apresenta conexões do urbano e rural simultaneamente. Porém, em muitos casos, acabam se encontrando em condições precárias, tanto de emprego quanto de moradia. O fato corrobora com Junior (2011, p.10), ao destacar que “a mudança do campo para a cidade não acarreta, portanto, em melhorias nas condições de vida, pois os recursos que a cidade possui, nem sempre são desfrutados por eles; moram na cidade, mas não participam da vida da mesma”.

Outro fator típico de cidade pequena rumo às maiores por perto é a presença de universitários indo estudar. Assim, o alvo é São João del-Rei por causa da Universidade Federal, fortalecendo os fluxos de carros e ônibus entre as cidades. Essa migração pendular, com deslocamento temporário ou diário de pessoas para estudar, contribui para fortalecer a organização da rede urbana regional estruturada a partir de São João del-Rei.

Políticas públicas

O Estado, em si, é um forte articulador e remodelador do espaço urbano das cidades pequenas, com investimentos e ações, todavia, deve-se ressaltar o desarranjo entre as normas do urbano e como ele se materializa nessas cidades.

A conduta que o Estado exerce em tais cidades é fundamental para garantir diversos fatores para seus habitantes, como o bem-estar social, desassistido pelo capitalismo. Conseqüentemente, o Estado é um meio importante para a aplicação de políticas públicas que objetivam assegurar nossos direitos como moradores dos centros urbanos.

Maricato (2000) nos alerta sobre dois fenômenos que não devem ser esquecidos nesta análise: o aumento exponencial da urbanização, bem como seu planejamento. A atual fase do mundo urbano, que nos remete ao crescimento acelerado das cidades, acontece sem uma supervisão de políticas rigorosas no que tange ao desenvolvimento urbanístico, além de sua gestão.

Além disso, um planejamento urbano eficaz deve se comprometer a não possuir descompassos com a realidade de cada município, apresentando práticas concretas e plausíveis, respeitando sua identidade, memória e contribuindo para o desenvolvimento local. Logo, concluímos que “a produção de legislação é a principal forma de interferência da esfera pública

na produção do espaço urbano” (JUNIOR, 2011, p.15), pois qualquer lugar está passível de receber intervenções advindas do poder público.

Atrelado ao fato de as cidades pequenas estarem sujeitas às ajudas de gestão municipal, estadual ou federal, muitas delas precisam de repasses da federação. É possível constatar que majoritariamente as receitas são oriundas de recursos do governo federal, mediante o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cujo “a distribuição dos recursos é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais” (SEF, 2022).

É essencial ressaltar que o FPM acompanha as projeções populacionais elaboradas pelo IBGE. Dessa maneira, o suporte beneficia, em sua maioria, os municípios com índices demográficos mais baixos, já que são os centros urbanos que mais carecem de dinheiro. Assim, é evidente que, à medida que o tamanho populacional do município diminui, a contribuição das receitas próprias diminui e a dependência do FPM na composição total da receita aumenta, conforme destacado por Junior (2011).

Além disso, foi constatado que nossas cidades também recebem subsídios atrelados a outros fatores², além do FPM, como: COVID-19, potencial hidráulico do Rio Paraná, exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica, exploração de recursos minerais, educação, exploração de petróleo e gás natural e imposto sobre propriedade rural.

Contudo, é necessário pensarmos que é inviável um município crescer e se desenvolver apenas com uma eficiente gestão, já que eles necessitam de recursos do governo federal. Além

² Apoio/Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal; PFEC INCISO I e II: Objetivo é compensar entes federados pela diminuição de repasses federais durante a crise econômica causada pela pandemia de Covid-19.

Royalties - ITA: Royalties são a compensação financeira que os governos brasileiro e paraguaio recebem pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica na Itaipu.

Royalties - CFH: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica.

Royalties - CFM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Royalties - ANP / PEA / FEP: Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural - Cota-Parte Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural - Fundo Especial do Petróleo.

Imposto Territorial Rural - ITR: O imposto sobre a propriedade territorial rural.

CIDE - Combustíveis: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool.

LC 176/2020 (ADO25): Institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado.

disso, vale salientar que várias cidades pequenas ainda apresentam grande subordinação funcional com o município ao qual pertencia quando era um distrito, por necessidade de sanar deficiências básicas de seus habitantes.

Para Henrique (2010) as presentes discussões são norteadoras para entendermos ainda mais a problemática dos diferentes tipos de cidades no mundo contemporâneo. Destaca, também que essa relação será sempre entendida por discussões e resultados, supressões e inserções, mas nunca na exclusão do rural pelo urbano, apenas trazendo singularidades e particularidades às cidades pequenas.

Portanto, ao pesquisar, observar e vivenciar o cotidiano de uma cidade pequena, percebemos o forte laço dos conjuntos articulados entre o rural e o urbano. Assim é, todavia, o pilar básico de definição para esse tipo de cidade como um lugar simples mundialmente, que é sustentado pela sua hinterlândia rural e urbana.

Considerações Finais

Buscou-se no desenvolvimento desta pesquisa contribuir para a Ciência Geográfica sobre a temática das cidades pequenas. Muitas vezes negligenciado na academia científica, devido à complexidade e outras prioridades urbanas, o assunto mostra-se que requer aprofundamentos em torno de sua conceituação, definição e materialização.

Dessa maneira, o referencial teórico aqui presente destaca esse fenômeno, salientando que os avanços teórico-conceituais-metodológicos podem servir como referência para outros estudiosos sobre o tema, uma vez que há uma necessidade e escassez de estudos sobre a região abordada, também. Diante disso, a pesquisa apresenta-se como primordial no tocante ao aspecto social de nossa realidade.

Perante os resultados e análises obtidos sobre a importância da compreensão das cidades pesquisadas sobre suas dinâmicas e formação espacial, foi possível entender as relações que marcam a Região Imediata de São João del-Rei, que simboliza a inserção das cidades pequenas na rede urbana local.

Logo, é evidente que a simplicidade e falta de um ritmo urbano acelerado, como em cidades maiores, esconde as relações complexas e existentes que se entrelaçam nesses locais,

adquirindo importância apenas para as pessoas que fazem parte deste processo no interior. Assim, exaltar e reforçar as cidades pequenas é mostrar o Brasil no seu mais íntimo e profícuo fenômeno da identidade cultural, com suas raízes, origens, memórias e ancestralidade, cabendo ao pesquisador materializar essas histórias para não ficarem no esquecimento de nossa sociedade contemporânea.

Referências

BOVO, M. C.; SANTANA, V. B. P.; OLIVEIRA, M. A.; Produção do espaço urbano em pequenas cidades: reflexões acerca dos loteamentos urbanos em Peabiru (PR), Brasil; **Revista Caminhos de Geografia**; Uberlândia/MG; v. 18, n. 59, Set/2016, p. 65–83.

CASTRO, F. S.; As relações rurais e urbanas no cenário das pequenas cidades: o caso de Lagoa Formosa (MG); **Revista InterEspaço**, Grajaú/MA, v.2, n.5. 2016.

COELHO NETO, A. S.; Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago. 2013.

CORRÊA, R. L.; **A rede urbana**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L.; **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FRESCA, T. M.; Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 9, p. 75-81, 2010.

HENRIQUE, W.; Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. Parte I, 1º cap. p.45-58.

IBGE; **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro; 2017, 84.

SILVA, R. TOLEDO, M. Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG. *Revista Urbano, Recife*, v. 08, n. 02, p.105-126, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.257239>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

JUNIOR, O. M.; Produção do espaço urbano em cidades pequenas: alguns apontamentos a partir de um estudo de caso; **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, H.; **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARQUES, M. I. M.; O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MELO, N. A.; **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. 527 p.;

PAYAYÁ, J. S. L.; *et al*; Espaço e lugar, urbano e rural: demarcando conceitos necessários à investigação da cidade pequena. **Revista Ciência Geográfica - Bauru - XXV - Vol. XXV - (1):** Janeiro/Dezembro – 2021.

SANTOS, M.; **A urbanização brasileira**. 5 ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

SILVA, J. M.; Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade; **Revista de História Regional**, vol 5, 9-37, 2000.

WANDERLEY, M. N. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. TEIXEIRA, O. N. (org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.